



Edital de Chamamento Público nº 001/2019

EDITAL DE CHAMAMENTO PUBLICO PARA CREDENCIAMENTO E ESCOLHA DE ENTIDADE SEM FINS LUCRATIVOS PARA PRESTAÇÃO DE ASSESSORIA TECNICA INDEPENDENTE PARA AS COMUNIDADES DE ÁGUA QUENTE, GONDÓ, PASSA SETE, SÃO JOSÉ DO JASSEM, CÓRREGOS, ITAPANHOACANGA, SÃO JOSE DO ARRUDA, SÃO JOSÉ DA ILHA E TAPOROCO, NOS MUNICÍPIOS DE CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO, ALVORADA DE MINAS E DOM JOAQUIM/MG

Belo Horizonte/MG

Julho de 2019



Edital de Chamamento Público nº 001/2019

A Fundação Israel Pinheiro, entidade sem fins lucrativos, por intermédio do contrato nº 4600021543, firmado com a Anglo American Minério de Ferro Brasil S/A, em atendimento ao OF. SUPPRI.SURAM.SEMAD.SISEMA Nº 176/2018, e à condicionante 39 da Licença Prévia e da Licença de Instalação da Etapa III do Projeto Minas Rio, torna público o presente Edital de Chamamento Público visando à escolha de entidade sem fins lucrativos para prestação de assessoria técnica independente para as comunidades elencadas neste edital.

1. SOBRE A FUNDAÇÃO ISRAEL PINHEIRO

A Fundação Israel Pinheiro – FIP é uma entidade privada sem fins lucrativos, criada em 1994, pela viúva do ex-governador Israel Pinheiro, para preservar sua memória e contribuir para a melhoria da qualidade de vida das comunidades, como instituição do terceiro setor.

A FIP possui os títulos de Utilidade Pública Estadual, Municipal e qualificação pelo Governo de Minas como OSCIP Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Estadual) além de contar com a tutela do Ministério Público do Estado de Minas Gerais através da Promotoria de Tutela de Fundações.

Nossa experiência na gestão de projetos, acumulada nos últimos 25 anos, encontra-se hoje focada nos campos do desenvolvimento ambiental, urbano e cultural, tendo sempre como principal objetivo o bem estar social e a melhoria da qualidade de vida do cidadão.

No campo do desenvolvimento ambiental fizemos a gestão compartilhada, juntamente com a Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM, entre 2008 e 2015, por meio de Termo de Parceria, monitorando a disposição final de resíduos sólidos urbanos RSU, nos 853 municípios mineiros, com equipe própria, dedicada a erradicar lixões, implantar coletas seletivas, criar e capacitar consórcios intermunicipais e



associações de catadores, tendo como referência a Política Nacional de Resíduos Sólidos e as Deliberações Normativas emanadas do Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM.

No que se refere ao desenvolvimento urbano, executamos com base no Estatuto da Cidade e legislações decorrentes, por cidades mais justas e sustentáveis, dezenas de projetos como planos diretores participativos, planos municipais de regularização fundiária, de redução de risco e escorregamento, de habitação de interesse social e de projetos de qualificação como o Seminário de Regularização Fundiária Sustentável e a série de Oficinas de Capacitação em Regularização Fundiária que estão sendo realizadas em parceria com o Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Minas Gerais CAU/MG.

2. PROPÓSITO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

2.1. A finalidade do presente Chamamento Público é a escolha de entidades sem fins lucrativos, de natureza sócia para a celebração de contrato de prestação de serviços com esta Fundação, com a finalidade de prestar assessoria técnica independente e multidisciplinar às comunidades de Água Quente, Passa Sete, Gondó, Córregos, Itapanhoacanga, São Jose Do Arruda, São José Da Ilha, Taporoco, e São José do Jassem, nos Municípios de Conceição do Mato Dentro/MG, Alvorada de Minas/MG e Dom Joaquim/MG, no âmbito do Projeto de extensão da mina do Sapo Step 3, processo COPAM nº 00472/2007/008/2015, da Anglo American Minério de Ferro do Brasil, Projeto Minas Rio. Este contrato envolve a transferência de recursos financeiros à(s) entidade(s) sem fins lucrativos selecionadas pela comunidade, conforme condições estabelecidas neste Edital.

2.2. O procedimento de escolha reger-se-á, pelo OF. SUPPRI.SURAM.SEMAD.SISEMA Nº 176/2018, e pelas regras impostas pela condicionante nº.39, processo COPAM nº 00472/2007/008/2015 que constitui documento integrante deste edital e pelos demais normativos aplicáveis, além das condições previstas neste edital.

2.3. As comunidades acima descritas farão a escolha de Assessoria Técnica Independente (ATI), dentro do processo de escolha definido neste edital, respeitando a autonomia de cada comunidade e os critérios de escolha de cada uma. Poderá a mesma entidade ser escolhida por mais de uma comunidade, respeitando a autonomia de cada comunidade e os critérios de escolha de cada uma.



3. OBJETO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

3.1. O contrato terá por objeto a prestação de serviços de assessoria técnica independente e multidisciplinar a ser escolhida pelas comunidades de Água Quente, Passa Sete, Gondó, Corregos, Itapanhoacanga, São Jose Do Arruda, São José Da Ilha, Taporoco, e São José do Jassém, nos Municípios de Conceição do Mato Dentro/MG, Alvorada de Minas/MG e Dom Joaquim/MG. A assessoria técnica deverá abarcar todos os planos, programas e ações de responsabilidade do empreendedor junto às comunidades que sofreram ou sofrem algum tipo de dano ou que tenham seu modo de viver afetado pelo empreendimento Projeto de extensão da mina do Sapo Step 3, processo COPAM nº 00472/2007/008/2015, garantindo às comunidades a orientação no tratamento de todas as questões, como no caso das ações de negociação e de reassentamento opcional, individual ou coletivo, de indenização, de reparação de danos e de negociação e resolução de conflitos junto ao empreendedor, nas questões relativas aos demais planos e condicionantes do processo de licenciamento que tenham reflexos sobre as condições de vida das comunidades, entre outros.

A assessoria técnica visa, de forma multidisciplinar, garantir o direito à informação, inclusive técnica, às pessoas atingidas, em linguagem adequada às características socioculturais e locais, bem como possibilitar a participação ampla e informada de todas as comunidades nos processos, planos e ações de responsabilidade do empreendedor responsável pelo Projeto Minas Rio.

A assessoria técnica será independente e vinculada somente às demandas e necessidade das pessoas, famílias e comunidades atingidas, por elas escolhida de forma autônoma e segundo as disposições estabelecidas nos itens seguintes.

3.2. Objetivos específicos do contrato:

- a) Assessoria e orientação técnica às comunidades atingidas, dispostas acima, em todos os âmbitos, social, jurídico, ambiental, coletivo, econômico, urbanístico entre outros, em linguagem adequada às características socioculturais e locais;
- b) Identificação e caracterização de indivíduos ou grupos populacionais que tiveram sua renda, meios de subsistência, moradia e/ou modo ou qualidade de vida, comprometidos, ou que tenham sofrido ou venham a sofrer qualquer tipo de dano por fatos decorrentes do empreendimento;



- c) Viabilização de assessoria técnica multidisciplinar capaz de atender adequadamente às comunidades atingidas de acordo com a extensão, intensidade e especificidades dos danos sofridos pelas mesmas e observadas as situações de vulnerabilidade social;
- d) Apoio técnico e organizacional às comunidades atingidas visando sua participação informada na concepção, formulação, execução, acompanhamento e avaliação de eventuais planos, programas, projetos e ações de responsabilidade do empreendedor junto às comunidades;
- e) Assegurar a participação da comunidade atendida em todos os planos projetos e ações de responsabilidade do empreendedor, bem como fazer a interface com outros envolvidos, tais como órgãos públicos, Prefeitura, entidades sociais, associações locais.

4. JUSTIFICATIVA

A **ANGLO AMERICAN** possui o escopo de explorar e transportar minério de ferro por meio de mineroduto que liga a Mina situada em Conceição do Mato Dentro/MG ao Porto do Açu, em São João da Barra/RJ, passando por vários municípios mineiros e fluminenses. Em 17/12/2009 o Conselho Estadual de Política Ambiental (“COPAM”) concedeu à **ANGLO AMERICAN**, com condicionantes, a Licença de Instalação da Etapa I, Fase I, com a autorização para a intervenção em áreas de preservação, em função da atividade de lavra a céu aberto com tratamento a úmido de minério de ferro, autorizando o início da implantação do “Minas-Rio”, conforme Certificado LI nº 48/2009 (Proc. Adm. nº 00472/2007/004/2009).

Em 27/10/2015 o Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM concedeu à **ANGLO AMERICAN**, de forma concomitantemente e com condicionantes, a Licença Prévia e a Licença de Instalação da Etapa II do “Minas-Rio”, para as atividades de: pilhas de rejeito/estéril, subestação de energia elétrica, otimização da cava na mina do Sapo, construção de Dique de Contenção de sedimentos da pilha de estéril (dique 2), de acordo com planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e condicionantes a serem atendidas nas próximas fases de sua implementação no município de Conceição do Mato Dentro conforme o Certificado LP+LI nº 142/15 (Proc. Adm. nº 00472/2007/007/2014);

Em 11/10/2016 o Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM concedeu à **ANGLO AMERICAN**, com condicionantes, a Licença de Operação da Etapa II do “Minas-Rio”, para as seguintes atividades: pilhas de rejeito/estéril, subestação de energia elétrica, autorizando a operação, após a verificação



do efetivo cumprimento do que consta nas licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para a operação, no município de Conceição do Mato Dentro conforme o Certificado LO nº 0156/2016 (Proc. Adm. nº 00472/2007/009/2016);

Em 26/01/2018 o Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM concedeu à **ANGLO AMERICAN**, de forma concomitantemente e com condicionantes, a Licença Prévia e a Licença de Instalação da Etapa III do “Minas-Rio”, para as seguintes atividades: lavra a céu aberto com tratamento a úmido de minério de ferro; obras de infraestrutura (pátios de resíduos e produtos e oficinas); primeiro alteamento de barragem de contenção de rejeitos/resíduos; segunda ampliação de pilhas de rejeito/estéril; estradas para transporte de minério/estéril; postos revendedores; postos de abastecimento, conforme o Certificado nº 01 - 2018 (Proc. Adm. nº 00472/2007/008/2015);

A Condicionante 39 da Licença Prévia e da Licença de Instalação da Etapa III do “Minas Rio” prevê a obrigação da **ANGLO AMERICAN** de: *“Custear a contratação e disponibilizar Assessoria Técnica Independente e multidisciplinar, a ser escolhida por cada comunidade, a fim de subsidiar a participação ampla e informada de todas as comunidades em todos os planos, programas e ações de responsabilidade do empreendedor junto as comunidades que sofreram ou sofrerão algum dano ou que tenham seu modo de viver afetado pelo empreendimento, devendo contemplar, no mínimo, as comunidades de Água Quente, Beco, Turco, Cabeceira do Turco, Córregos, Gondó, Itapanhoacanga, Passa Sete, São Sebastião do Bom Sucesso (Sapo), São Jose do Jassen, São Jose do Arruda, São Jose da Ilha e Taporoco”*;

Em 18 de setembro de 2018, a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) encaminhou à **ANGLO AMERICAN** o ofício SUPRI.SUPRAM.SEMAD.SISEMA nº176/18 (Anexo I), em referência ao Processo Administrativo 00472/2007/2008/008/2015, fixando o prazo de 60 (sessenta) dias para contratação, pela **ANGLO AMERICAN**, de instituição independente responsável pelo gerenciamento das Assessorias Técnicas Independentes (doravante denominadas, em conjunto ou individualmente “**ATI**”), escolhida em comum acordo entre **ANGLO AMERICAN**, Ministério Público de Minas Gerais e SEMAD;

A **ANGLO AMERICAN**, em comum acordo com o Ministério Público de Minas Gerais e com a SEMAD, escolheu a **Fundação Israel Pinheiro** como instituição gerenciadora, responsável pela escolha, exclusivamente por meio de edital(is) de chamamento público específico(s), e pela contratação de ATI, bem



como pela fiscalização das atividades que serão desenvolvidas e pela gestão dos respectivos recursos, de forma a dar início ao cumprimento das obrigações previstas na citada condicionante.

Historicamente, a realização de grandes empreendimentos minerários no Brasil foi marcada por experiências que resultaram na emergência de problemas sociais, que se propagaram em diferentes escalas territoriais. Isso frequentemente decorreu da tradição em reconhecer preferencialmente como pessoa atingida o proprietário, privilegiando a concepção territorial patrimonialista para o tratamento dessa questão, e, secundariamente, os não proprietários que, indenizados apenas por suas benfeitorias, perdiam, quase sempre, o acesso à terra, recurso central na composição de suas formas de sustento. Ao longo dos anos essa realidade vem se modificando. Inicialmente com a legislação ambiental que, ao definir regras para o licenciamento ambiental, deu relevância aos impactos sociais e ambientais e, consequentemente, evidenciou a presença das pessoas atingidas.

Ao mesmo tempo se observa a emergência de aspectos sociais que trouxeram para o cenário dos confrontos as populações atingidas por barragens que ao longo desse processo articularam em torno de suas reivindicações um conjunto de movimentos sociais e de aliados em vários segmentos da sociedade. Acompanhando as mudanças, o setor minerário, juntamente com a parceria do setor público e do terceiro setor, vem destacando o impacto sofrido pelas populações e a responsabilidade do empreendedor na melhora dos modos de vida destas, na qual a situação da pessoa atingida é tratada de forma ampla.

Desta maneira, reforça-se a idéia de que a condição de pessoa atingida não deve ser observada do ponto de vista unicamente territorial-patrimonialista, e sim reconhecer uma situação onde prevalece a identificação e o reconhecimento de direitos e de seus detentores, evoluindo significativamente na amplitude com que procura assegurar a recomposição, e mesmo melhoria, das condições de vida das pessoas atingidas. Esta contratação visa, então, a construção de um conjunto de medidas e procedimentos a serem utilizados na assessoria e tratamento das populações atingidas pelo empreendimento aqui tratado, incluindo suas atividades produtivas da comunidade no que se refere às mudanças que a implantação do Projeto Minas Rio provocará nas atuais formas de ocupação, uso do território e dos recursos naturais.

5. PARTICIPAÇÃO NO CHAMAMENTO PÚBLICO



5.1 REQUISITOS E IMPEDIMENTOS PARA O CREDENCIAMENTO

5.1.1 Para ser credenciada, a entidade deverá atender aos seguintes requisitos:

- a) Mínimo de 3 (três) anos de existência;
- b) Experiência técnica de acordo com as necessidades das pessoas e comunidades atingidas, na perspectiva de defesa de direitos, de mobilização social e/ou metodologias participativas. A entidade deverá apresentar comprovação documental de experiência anterior na realização de serviços ou atividades similares aos que serão realizados;
- c) Independência técnica, financeira e institucional em relação ao empreendedor, não podendo ter com ele contratado, no Brasil ou no exterior, conjunta ou individualmente, conforme *anexo V – Declaração de independência técnica, financeira e institucional da ATI*;
- d) Não possuir fins lucrativos;
- e) Não ter participado de qualquer prática ou realizado qualquer ato contrário à Lei Anticorrupção Brasileira (Lei nº 12.846/2013), bem como todas as outras leis e normas com finalidade e efeito semelhantes e ainda não estar respondendo a processos criminais ou investigações em inquéritos civis públicos relacionados à improbidade administrativa nem estar respondendo a processo de Tomada de Contas Especial junto ao Tribunal de Contas de Minas Gerais, resguardadas as garantias constitucionais e legais de contraditório e ampla defesa, conforme *anexo IV – Declaração - Não prática de atos contrários à lei anticorrupção*;
- f) Possuir mecanismos de transparência e controle interno e social ou apresentar declaração de que, caso venha a ser credenciada, para celebração do futuro contrato de prestação de serviços de assessoria técnica, terá implantado ou aperfeiçoado tais mecanismos, conforme *anexo VI – Declaração de implantação de mecanismos de transparência e controle social*;
- g) Caso não haja indicação das comunidades para as quais pretendem se candidatar, entender-se-á que a entidade proponente estará se candidatando para prestação de assessoria técnica em todas. Caso alguma comunidade indicada pela entidade proponente optar por se aglutinar em núcleos comunitários com outras comunidades para as quais a mesma não tenha se candidatado, entender-se-á contemplado na escolha o núcleo comunitário.



5.1.2. Para comprovação dos requisitos acima, conforme o disposto no Ofício nº176/2018, item 1.5, “F”, as entidades proponentes deverão apresentar os seguintes documentos, sob pena de não credenciamento:

I – Formulário de inscrição preenchido, conforme modelo do *Anexo VII*.

II - Cópia do estatuto registrado e suas alterações, em conformidade com as exigências previstas na lei e cópia da ata da eleição de seus atuais dirigentes;

III - Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, emitido no sítio eletrônico oficial da Secretaria da Receita Federal do Brasil, para demonstrar que a entidade proponente existe há, no mínimo, três anos com cadastro ativo;

IV - Certidão de Débitos Tributários relativos à Dívida Ativa da União, Estado e Município;

V - Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS;

VI - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

VII - Atestado de capacidade técnica comprovando experiência técnica e operacional prévia de pelo menos 1 (um) ano na realização do objeto deste edital ou de objeto de natureza semelhante, nos termos do item 5.1.1, letra “b” podendo também ser admitidos para fins de comprovação:

a) Instrumentos de parceria firmados com órgãos e entidades da administração pública, organismos internacionais, empresas ou outras organizações da sociedade civil;

b) Declarações de experiência prévia e de capacidade técnica no desenvolvimento de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante, emitidas por órgãos públicos, instituições de ensino, redes, organizações da sociedade civil, empresas públicas ou privadas, conselhos, comissões ou comitês de políticas públicas;

VIII - Relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade proponente, conforme o estatuto, com endereço, telefone, endereço de correio eletrônico, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF de cada um deles, conforme *Anexo II – Declaração, e Relação dos Dirigentes da Entidade*;

IX - Cópia de documento que comprove que a entidade proponente funciona no endereço por ela declarado, como conta de consumo ou contrato de locação;

X - Declaração do representante legal da entidade proponente com informação de que a organização e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no art. 39 da Lei nº 13.019, de 2014, conforme modelo no *Anexo III – Declaração da Não Ocorrência de Impedimentos*;



XI – Demais declarações contidas nos anexos deste edital.

5.1.3. Serão consideradas regulares as certidões positivas com efeito de negativas, no caso das certidões previstas nos incisos III, IV, V e VI, logo acima. Serão aceitas somente cópias autenticadas dos documentos acima, sendo facultada à entidade proponente apresentar, pessoalmente, cópias simples juntamente com os documentos originais no momento de apresentação dos documentos de habilitação, para validação da gerenciadora.

6. COMISSÃO DE SELEÇÃO

6.1. A Comissão de Seleção é o órgão colegiado destinado a processar e julgar o credenciamento das entidades proponentes para o presente chamamento público, tendo sido constituída por, pelo menos, 3 (três) membros do corpo técnico permanente da Fundação Israel Pinheiro;

6.2. Deverá se declarar impedido membro da Comissão de Seleção que tenha participado, nos últimos 5 (cinco) anos, contados da publicação do presente Edital, como associado, cooperado, dirigente, conselheiro ou empregado de qualquer entidade participante do chamamento público, tenha tido qualquer tipo de vínculo empregatício ou institucional com o empreendedor ou cuja atuação no processo de seleção configure conflito de interesse.

6.3. A declaração de impedimento de membro da Comissão de Seleção não obsta a continuidade do processo de seleção. Configurado o impedimento, o membro impedido deverá ser imediatamente substituído por membro que possua qualificação equivalente à do substituído, sem necessidade de divulgação de novo Edital.

6.4. Para subsidiar seus trabalhos, a Comissão de Seleção poderá solicitar assessoramento técnico/jurídico de especialista que não seja membro desse colegiado.

6.5. A Comissão de Seleção poderá realizar, a qualquer tempo, diligências para verificar a autenticidade das informações e documentos apresentados pelas entidades concorrentes ou para esclarecer dúvidas e omissões. Em qualquer situação, devem ser observados os princípios da isonomia, da impessoalidade e da transparência.



7. DA FASE DE CREDENCIAMENTO

7.1. A fase de credenciamento observará as seguintes etapas:

Tabela 1

ETAPA	DESCRIÇÃO DA ETAPA	DATAS
1	Publicação do Edital de Chamamento Público.	05/08/2019
2	Envio da documentação de habilitação técnica / jurídica pelas entidades participantes.	06/08/2019 a 26/08/2019 (20 dias)
3	Avaliação da documentação pela Comissão de Seleção.	27/08/2019 a 29/08/2019 (3 dias)
4	Divulgação do resultado preliminar de entidades credenciadas.	30/08/2019
5	Interposição de recursos contra o resultado preliminar.	3 (três) dias contados da divulgação do resultado preliminar
6	Análise dos recursos pela Comissão de Seleção.	2 (dois) dias após prazo final de apresentação das contrarrazões aos recursos
7	Publicação do resultado final da fase de credenciamento, com divulgação das decisões recursais proferidas (se houver).	Dia seguinte ao termino do prazo de análise dos recursos pela comissão de seleção
8	Apresentação e escolha da entidade pela comunidade	A agendar
9	Apresentação do plano de trabalho	30 dias após a assembléia na qual se der a escolha da ATI



7.2. Na contagem dos prazos, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento. Os prazos se iniciam e expiram exclusivamente em dia útil.

7.3. Etapa 1: Publicação do Edital de Chamamento Público.

7.3.1. O presente Edital será divulgado no sítio eletrônico oficial da Fundação Israel Pinheiro, redes sociais da gerenciadora e em sites específicos de licitações. Poderão a SEMAD, o Ministério Público e o Empreendedor divulgar este edital, em seus respectivos sítios eletrônicos, caso houver interesse.

7.4. Etapa 2: Envio da documentação de habilitação técnica/jurídica pelas entidades participantes.

7.4.1. A documentação de habilitação técnica / jurídica deverá ser encaminhada em envelope fechado e com identificação da instituição proponente e meios de contato, com a descrição “Documentos para credenciamento – Edital de Chamamento Público nº 001/2019”, e entregues via postal (apenas por SEDEX ou SEDEX 10) ou pessoalmente para a Comissão de Seleção, no seguinte endereço: Avenida Getúlio Vargas, nº 1710, 10º andar, bairro Funcionários, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.112-021, até as 18:00 hs. do dia 26/08/2019. Em caso de documentação enviada via correio, será considerada, para efeito de recebimento, a data de postagem.

7.4.2. A documentação de habilitação, em uma única via impressa, deverá ter todas as folhas rubricadas e numeradas sequencialmente e, ao final, ser assinada pelo representante legal da entidade proponente.

7.4.3. Após o prazo limite para apresentação da documentação de habilitação para o credenciamento das entidades, nenhuma outra será recebida, assim como não serão aceitos adendos ou esclarecimentos que não forem explícita e formalmente solicitados à Fundação Israel Pinheiro.

7.4.4. Cada entidade proponente poderá apresentar apenas um envelope com a documentação de habilitação.



7.5. Etapa 3: Etapa de avaliação da documentação pela Comissão de Seleção.

7.5.1. Nesta etapa, de caráter classificatório, a Comissão de Seleção analisará a documentação de habilitação apresentada pelas concorrentes. A análise e o julgamento de conformidade de toda a documentação apresentada pelas entidades proponentes serão realizados pela Comissão de Seleção, que terá total independência técnica para exercer seu julgamento.

7.5.2. A Comissão de Seleção terá o prazo estabelecido na Tabela 1 para conclusão do julgamento da habilitação das propostas e divulgação do resultado preliminar do processo de credenciamento, podendo tal prazo ser prorrogado, de forma devidamente justificada, por até mais 3 (três) dias.

7.5.3. As propostas deverão conter todas as informações para atenderem completamente aos critérios de habilitação contidos neste edital.

7.5.4. A avaliação individualizada e a classificação serão feitas com base nos critérios definidos neste edital e na avaliação conforme tabela abaixo:

Tabela 2

CrITÉRIOS de Julgamento	Metodologia de credenciamento
(A) Capacidade técnico-operacional da instituição proponente, por meio de experiência comprovada no portfólio de realizações na gestão de atividades ou projetos relacionados ao objeto do edital ou de natureza semelhante	- Grau satisfatório de atendimento - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório implica eliminação da proponente.
(B) Descrição da experiência prévia da proponente e o nexO com o objeto proposto	- Grau satisfatório de atendimento - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório implica eliminação da proponente.



(C) Apresentação de todos os documentos, declarações e condições exigidas neste edital	<ul style="list-style-type: none">- Atendimento integral.- O não atendimento ou o atendimento insatisfatório implica eliminação da proponente.
--	---

7.5.5. A falsidade de informações deverá acarretar a eliminação da proposta, podendo ensejar, ainda, a comunicação do fato às autoridades competentes, inclusive para apuração do cometimento de eventual crime.

7.5.6. A entidade proponente deverá descrever minuciosamente as experiências relativas aos critérios de julgamento A e B, informando as atividades ou projetos desenvolvidos, sua duração, financiador(es), local ou abrangência, beneficiários, resultados alcançados, dentre outras informações que julgar relevantes. A comprovação documental de tais experiências deverá ser feita junto com a entrega da documentação de habilitação técnica / jurídica, sendo que qualquer falsidade ou fraude na descrição das experiências ensejará as providências indicadas no subitem anterior.

7.5.7. Serão eliminadas aquelas entidades:

a) cuja avaliação conforme tabela 2 não atinjam o nível “satisfatório”; que não contenham as informações descritas na tabela 2, que não possuam qualquer dos requisitos de habilitação ou não apresentem os documentos obrigatórios, conforme cláusula 5.1.

b) que estejam em desacordo com o Edital em qualquer de suas cláusulas.

7.5.8. A gerenciadora fará a análise da documentação exigida para comprovação dos requisitos para a celebração do contrato e de que não incorre nos impedimentos legais. Esta etapa consiste no exame formal, a ser realizado pela gerenciadora, do atendimento, pela entidade selecionada, dos requisitos para a celebração do contrato, de que não incorre nos impedimentos legais e cumprimento de demais exigências descritas neste edital. No momento da verificação do cumprimento dos requisitos para a celebração de parcerias, a gerenciadora poderá consultar o Cadastro de Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos Impedidas – CEPIM, o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN, o Cadastro Nacional de



Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos – CADICON e o Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, para verificar se há informação sobre ocorrência impeditiva à referida celebração.

7.6. As entidades não eliminadas serão credenciadas, sem critério de pontuação.

7.7. A Gerenciadora definirá a lista de entidades credenciadas de acordo com os critérios estipulados neste edital, a qual será dada publicidade e entregue às comunidades.

7.8. Etapa 4: Divulgação do resultado preliminar. A Fundação Israel Pinheiro divulgará o resultado preliminar do processo de credenciamento na página de seu site oficial (www.israelpinheiro.org.br).

7.9. Etapa 5: Interposição de recursos contra o resultado preliminar. Haverá fase recursal após a divulgação do resultado preliminar do processo de credenciamento.

7.9.1. Os participantes que desejarem recorrer contra o resultado preliminar do credenciamento deverão apresentar recurso, no prazo de 3 (três) dias corridos, contados da publicação da decisão, ao colegiado que a proferiu, sob pena de preclusão. Não será conhecido recurso interposto fora do prazo.

7.9.2. Os recursos serão apresentados unicamente em meio digital, devendo ser encaminhados até às 23:59 hs., horário de Brasília, do dia do prazo final para o e-mail: fundacao@israelpinheiro.org.br.

7.9.3. É assegurado aos participantes obter cópia dos elementos dos autos do processo de chamamento público indispensáveis à defesa de seus interesses, preferencialmente por via eletrônica, arcando somente com os devidos custos.

7.9.4. Interposto recurso, será dada ciência dele para os demais interessados por meio eletrônico, via e-mail,



para que, no prazo de 3(três) dias corridos, contados imediatamente após o encerramento do prazo recursal, apresentem contrarrazões, se desejarem.

7.10. Etapa 6: Análise dos recursos pela Comissão de Seleção.

7.10.1. Havendo recursos, a Comissão de Seleção os analisará.

7.10. 2. Recebido o recurso, a Comissão de Seleção poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 2 (dois) dias corridos, contados do fim do prazo para recebimento das contrarrazões, com as informações necessárias à decisão final.

7.10.3. A decisão final do recurso, devidamente motivada, deverá ser proferida no prazo máximo de 2 (dois) dias corridos. A motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato decisório. Não caberá novo recurso contra esta decisão.

7.10.4. Na contagem dos prazos, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento. Os prazos se iniciam e expiram exclusivamente em dia útil.

7.10.5. O acolhimento de recurso implicará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

7.11. Etapa 7: Publicação do resultado definitivo da fase de seleção, com divulgação das decisões recursais proferidas (se houver).

7.11.1. Após o julgamento dos recursos ou o transcurso do prazo sem interposição de recurso, a Fundação Israel Pinheiro deverá divulgar, no seu sítio eletrônico oficial, as decisões recursais proferidas e o resultado preliminar do processo de credenciamento.



7.11.2. Esta divulgação não gera direito para a entidade proponente à celebração do contrato.

7.11.3. Após o recebimento e julgamento da documentação de habilitação, mesmo havendo uma única entidade credenciada, a Fundação Israel Pinheiro seguirá os critérios deste edital e providenciará a apresentação desta entidade para a comunidade, que decidirá se a escolhe ou não.

7.12. Etapa 8: Apresentação e escolha pela comunidade das entidades prestadoras de assessoria técnica credenciadas

7.12.1. A gerenciadora adotará as providências necessárias para viabilizar a logística e a estrutura adequadas de representantes para que as entidades credenciadas se apresentem a cada uma das comunidades para as quais tenham manifestado interesse em atuar como assessoria técnica. A proponente deverá abranger nas apresentações:

- a) Informações sobre trabalhos ou atividades anteriores realizadas pela entidade, especialmente em comunidades e na perspectiva de direitos humanos, de mobilização social e/ou metodologias participativas, bem como conhecimento técnico sobre os temas a serem tratados.
- b) Informação sobre independência técnica, financeira e institucional em relação ao empreendedor,
- c) Linguagem simples e adequada ao local;
- d) Apresentação de seu trabalho para a comunidade e esclarecimento de dúvidas apresentadas por seus membros;

7.13. As apresentações serão feitas em reuniões presenciais *in loco*, em locais abertos ao público, definidos pela gerenciadora, de fácil acesso às comunidades, inclusive com relação ao horário, e com previa e ampla divulgação aos membros das comunidades;

7.13.1. A divulgação das reuniões de apresentação deverão ser feitas através de chamadas em rádio, carro de som, faixas e cartazes distribuídos em pontos estratégicos das comunidades, com, pelo menos, 5 dias de antecedência.



7.13.2. Será realizada apenas uma apresentação por cada entidade credenciada, sendo o tempo de duração das mesmas a ser definido pela gerenciadora posteriormente, conforme a logística preparada pela mesma para as reuniões e a quantidade de entidades credenciadas.

7.13.3. As orientações sobre a confecção de material impresso ou audiovisual para a apresentação das ATIs serão disponibilizadas posteriormente ao credenciamento das entidades, quando de sua convocação para a apresentação.

7.13.5. A votação será aberta, e a escolha será feita por maioria simples dos presentes.

7.13.6. Caso haja alguma divergência ou questionamento por qualquer dos presentes sobre alguma pessoa presente na reunião não se configurar como membro da comunidade, será feita a apresentação do mesmo para o resto dos presentes, devendo estes reconhecer ou não a pessoa impugnada como membro da comunidade por meio de votação por maioria simples.

7.14. É vedado às entidades credenciadas se apresentarem às comunidades promovendo eventuais disputas sobre valores a receber, como promessa de ganhos, de empregos, etc.

7.15. As apresentações das entidades credenciadas poderão ser realizadas por núcleo de comunidades ou individualmente em cada uma das comunidades, conforme deliberação da gerenciadora com as mesmas, devendo ser levada em conta a melhor logística para os membros das comunidades.

7.15.1. Após as apresentações, caberá a cada uma das comunidades, respeitadas suas formas próprias de organização social, debater internamente visando alcançar entendimento coletivo sobre a escolha, sendo a gerenciadora a responsável pelo auxílio e mediação nos debates quando necessário.

7.15.2. Finalizados os debates internos, cada uma das comunidades manifestará sua escolha por meio de assembléia, a ser realizada em local aberto ao público e de fácil acesso e com prévia e ampla divulgação aos membros da respectiva comunidade, assim entendidos todos aqueles que se declararem como tal e forem reconhecidos pelos demais. Os locais e a logística para acontecimento dessas reuniões serão de responsabilidade da gerenciadora.

7.16. A escolha pela comunidade será manifestada por meio de assembléia, onde cada membro da comunidade presente terá direito a um voto.

7.16.1. A votação será aberta, sendo considerada escolhida a entidade que obtiver maioria simples dos votos dos presentes.



7.16.2. Caso em primeira votação nenhuma entidade obtenha a maioria simples dos votos dos presentes, será realizado segundo turno entre as duas entidades mais votadas.

7.16.3. Em caso de empate de votos entre duas ATIs, a gerenciadora propiciará momento para que as comunidades possam debater internamente a questão, com vistas a solucionar o impasse, sendo em seguida realizada nova votação.

7.16.4. Persistindo o empate após a nova votação, a escolha se fará por meio de sorteio.

7.17. O conceito de membro da comunidade será considerado apenas para fins de participação nas reuniões e assembléias deliberativas sobre a escolha das ATIs.

7.18. As comunidades poderão optar por se aglutinar em núcleos comunitários para realizar o processo de escolha das assessorias técnicas.

7.19. Caberá à gerenciadora, em conjunto com o Ministério Público, posteriormente à fase de escolha, definir junto às comunidades, a forma que exercerão o controle social sobre a entidade de assessoria técnica, observadas as melhores práticas e metodologias relacionadas ao tema, priorizando-se a constituição de comissões ou grupos de pessoas que se responsabilizem pelo controle social, respeitadas as formas próprias de organização social.

7.20. A gerenciadora, no prazo de 2 (dois) dias, comunicará à SEMAD, ao empreendedor e ao Ministério Público a escolha pela comunidade respectiva.

7.21. A Fundação Israel Pinheiro convocará, com antecedência mínima de pelo menos 3 (três) dias corridos as entidades selecionadas para fazer sua apresentação à(s) comunidades à(s) quais se candidatou. A entidade que não puder comparecer será automaticamente eliminada.

7.22. Será garantida pela gerenciadora a participação das entidades proponentes em todas as etapas do processo seletivo, com representantes das entidades proponentes nas audiências de apresentação para as comunidades e quaisquer outras reuniões que se fizerem necessárias ao processo de escolha e contratação.

7.23. Excepcionalmente, um novo processo de credenciamento poderá ser aberto nos casos em que houver justificada discordância por parte da comunidade com relação à totalidade das organizações apresentadas como resultado do processo original de credenciamento.



8. DO SERVIÇO DE ASSESSORIA TÉCNICA INDEPENDENTE

8.1. As Organizações deverão apresentar documentação, abrangendo todos os elementos obrigatórios conforme este edital e seus anexos.

8.2. Após a escolha, pela comunidade, da assessoria técnica independente, a mesma deverá entregar o plano de trabalho, conforme as regras desse edital. A elaboração do plano de trabalho deverá envolver de maneira participativa os integrantes da comunidade respectiva, atender a todas as dimensões previstas na Condicionante nº 39 e Ofício nº176/2018, observar as especificidades de cada comunidade, e serem compatíveis com a média de remuneração do setor na respectiva região, estabelecendo metas de execução e relatórios de acompanhamento e de identificação, atendimento e encaminhamento de problemas identificados, contendo ainda, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro, e todos os demais documentos que se fizerem necessários à completa avaliação, dimensionamento e entendimento da proposta.

8.2.1. A assistência jurídica prestada pela ATI deve garantir orientação às pessoas atingidas no que se refere a trâmites que envolvam instrumentos jurídicos, entretanto, não poderá prestar serviços típicos de advogado perante órgãos judiciais, sendo vedado, no âmbito dos serviços prestados pela ATI, patrocínio do ajuizamento de demandas judiciais, interposição de defesas e recursos.

8.3. A assistência técnica independente deverá atuar de forma permanente junto aos membros das comunidades.

8.4. A articulação institucional da entidade proponente com os serviços e órgãos públicos do município onde ficam as comunidades, é crucial para o bom andamento do serviço. A articulação com os Comitês Estaduais e Municipais relativos mineração, reassentamento, ou outra temática pertinente ao trabalho realizado, quando houver, também é recomendável, bem como a articulação com grupos de pessoas atingidas por barragens.

8.5. A realização de diagnóstico socioeconômico da comunidade do município no qual será feito o serviço de assessoria deverá ser proposta e especificada no plano de trabalho.



9. ABRANGÊNCIA E PÚBLICO ATENDIDO

9.1. O Plano de trabalho a ser apresentado ao presente Edital de Chamamento Público deverá ter como objeto a prestação de assessoria técnica multidisciplinar a cada comunidade para a qual a proponente se candidatar, levando em consideração suas especificidades e demandas.

9.2. Deverá ser feito o detalhamento pormenorizado de cada ação e serviço proposto pela assessoria técnica independente em seu plano de trabalho, tais como: mobilização e sensibilização da comunidade, estudos técnicos, orientação técnica, e demais ações que porventura vierem a serem propostas e desenvolvidas.

9.3. O Público atendido pelo serviço de assessoria técnica deverá abranger todas as famílias ou comunidades que sofreram ou possam sofrer algum dano ou que tenham seu modo de viver afetado pelo empreendimento, conforme o item 1.8 do Ofício nº 176/2018.

10. DA METODOLOGIA/ETAPAS DE REALIZAÇÃO

10.1. O plano de trabalho deve conter apresentação detalhada dos elementos quantitativos e qualitativos de cada etapa (preparação, execução, monitoramento e avaliação) necessários à realização do objeto, incluindo no mínimo:

- a) **Preparação:** apresentar estrutura física, lógica (redes de computador, internet, fax, quando houver), de recursos humanos (equipe mínima obrigatória e pessoal de apoio), logística (deslocamento de pessoas, material e equipamentos) para a preparação e execução das ações previstas neste Edital;
- b) **Execução:** apresentar cronograma e metodologia a serem adotados pela instituição para cada ação prevista, notadamente no que se refere à realização das ações de mobilização/sensibilização da comunidade, especificando como se darão as ações de orientação e informação da população, a realização de oficinas, assembléias públicas, atendimentos familiares e atendimentos individuais. A proponente deverá indicar a equipe técnica específica que será responsável pela execução de cada ação prevista;



- c) **Monitoramento:** definir as metodologias a serem empregadas e indicar a equipe técnica que será responsável pela realização dos monitoramentos periódicos das ações previstas no objeto deste Edital e especificadas no plano de trabalho a ser apresentado pela proponente escolhida pela comunidade. Os monitoramentos deverão ser realizados a cada três meses e todos os monitoramentos deverão prever mecanismos de controle social por parte da comunidade beneficiada. Os resultados dos monitoramentos periódicos deverão ser compartilhados com a Fundação Israel Pinheiro até o quinto dia útil subsequente ao término de cada trimestre;
- d) **Avaliação:** indicar a equipe técnica que será responsável pela realização da avaliação final e definir as metodologias a serem empregadas. A avaliação final deverá considerar todas as ações previstas neste Edital e deverá prever a participação da comunidade. Os resultados da avaliação final deverão ser compartilhados com a Fundação Israel Pinheiro em até 60 dias após o término do contrato.

11. DAS ESPECIFICIDADES

11.1. Das características da equipe técnica

11.1.1. As proponentes deverão contar com equipe técnica multidisciplinar voltada às ações definidas no item 2.1, com experiência comprovada nos temas abordados. A equipe técnica final será definida de acordo com as demandas apresentadas em campo e a participação das pessoas atingidas, e deverá ser descrita no plano de trabalho.

11.1.2. As entidades escolhidas poderão comprovar o vínculo de sua equipe técnica por meio de carteira de trabalho assinada, contrato de trabalho assinado ou por meio de contrato de prestação de serviços.

11.3. Os profissionais contratados para compor a equipe técnica deverão obter anotação de responsabilidade técnica perante os órgãos e conselhos de fiscalização competentes, devendo responder pessoal e profissionalmente pelo trabalho técnico a ser desenvolvido.

11.4. Os demais profissionais técnicos ou administrativos a serem contratados ou alocados para a equipe que trabalhará neste projeto deverão seguir as especificações de capacidade profissional e de contratação previstos no Ofício nº176/2018.



11.5. A entidade escolhida, quando de seu plano de trabalho, deverá especificar qual profissional será o coordenador responsável por cada ação proposta.

11.6. As entidades prestadoras de serviço não poderão contratar membros da comunidade para atuação perante as mesmas, bem como qualquer pessoa que apresente conflito de interesses com as comunidades.

11.7. Os profissionais escolhidos deverão assinar termo de compromisso no qual se comprometem a atuar com isenção e independência técnicas de forma a alcançar o melhor interesse das comunidades atendidas.

12. DA FASE DE CELEBRAÇÃO

12.1. A fase de celebração observará as seguintes etapas até a assinatura do instrumento de contrato:

Tabela 3

ETAPA	DESCRIÇÃO DA ETAPA
1	Entrega do plano de trabalho e análise do atendimento dos requisitos obrigatórios.
2	Ajustes no plano de trabalho da entidade selecionada pela comunidade e regularização de documentação, se necessário, e envio de parecer conclusivo à SEMAD, Ministério Público e ao Empreendedor.
3	Parecer dos órgãos técnicos e assinatura do contrato.

12.2. Após a escolha pela comunidade da entidade prestadora de assessoria técnica independente que a representará, a gerenciadora convocará a escolhida, em ato contínuo na assembléia geral, para apresentação do plano de trabalho e planilha de orçamento detalhado, envolvendo de maneira participativa os integrantes



da comunidade respectiva, no prazo de 30 dias corridos. Tais documentos deverão observar as especificidades de cada comunidade, as disposições deste edital, da condicionante nº 39 e do Ofício nº176/2018 e serem compatíveis com a média de remuneração do setor na respectiva região.

12.2.2. A gerenciadora fará a análise do plano de trabalho apresentado pela entidade escolhida, a qual deverá apresentar o detalhamento da proposta submetida, com todos os pormenores exigidos pela legislação e edital.

12.2.3. O plano de trabalho deverá respeitar sempre os dispositivos da condicionante nº 39 e do Ofício nº176/2018, e conter, no mínimo, os seguintes elementos:

- a) identificação da entidade e seus coordenadores,
- b) justificativa, descrevendo as razões que levaram à elaboração do Plano de trabalho;
- c) objetivo geral, indicando o resultado que o projeto visa atingir ou alcançar à longo prazo;
- d) objetivos específicos, a descrição da realidade objeto do contrato, devendo ser demonstrado o nexo com a atividade ou o projeto e com as metas a serem atingidas, contendo as concepções que orientarão os trabalhos,
- b) a forma de execução das ações, indicando e detalhando, metodologicamente, a abordagem a ser adotada nas ações previstas, visando garantir às comunidades a orientação e a informação necessária e adequada e a incorporação de seu modo de viver no tratamento de todas as questões,
- c) a descrição de metas quantitativas e mensuráveis a serem atingidas;
- d) a definição dos indicadores, documentos e outros meios a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas;
- e) a previsão de receitas e a estimativa de despesas a serem realizadas na execução das ações, incluindo os encargos sociais e trabalhistas e a discriminação dos custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto;
- f) os valores a serem repassados mediante cronograma de desembolso, o qual deverá conter também cronograma físico contendo os prazos em que as atividades serão desenvolvidas;
- g) previsão de instrumento de monitoramento e avaliação participativo, no qual se deve descrever como será monitorado e validado o projeto pelas comunidades;
- h) plano de composição da equipe técnica multidisciplinar que atuará de maneira permanente na região, identificando as exigências de formação e qualificação para os trabalhos a serem executados, a ser elaborado



de acordo com os seguintes critérios:

h.1) as equipes permanentes deverão ser compostas por profissionais qualificados para as atividades previstas;

h.2) as equipes permanentes não deverão contar com integrantes de projetos acadêmicos de pesquisa com interface na região;

h.3) na composição das equipes permanentes, o número de estagiários não poderá exceder o total de 10%;

h.4) para profissionais de nível superior, possuir comprovada experiência profissional, de no mínimo 3 (três) anos, compatível com o cargo para o qual será contratado e de acordo com as necessidades das pessoas e comunidades e com os trabalhos técnicos para os quais foi contratado.

h.5) para profissionais de nível médio, a serem contratados exclusivamente para atividades administrativas, possuir comprovada experiência profissional, de no mínimo 1 (um) ano, compatível com o cargo para o qual será contratado.

g) a assessoria técnica independente contratada deverá estabelecer escritório de trabalho no município de Conceição do Mato Dentro;

i) previsão de eventuais serviços técnicos especializados. Quando se tratar de avaliação de aspectos do meio físico (ar, água, sísmicos, ruído, etc), deverá ser justificada e realizada após ser compatibilizada pela SEMAD, com as demais condicionantes aprovadas no âmbito do licenciamento;

j) dados de conta bancária de titularidade da entidade, aberta e utilizada exclusivamente com a finalidade de receber e gerir recursos provenientes do projeto de assessoria técnica;

l) elementos que demonstrem o caráter participativo do processo de elaboração do plano de trabalho.

12.2.4. O orçamento previsto deverá discriminar o valor global e o valor para cada item, devendo ser compatível com os preços praticados no mercado, sob pena de não contratação. A gerenciadora poderá utilizar, para balizamento de preço, cotações, tabelas de preços de associações profissionais, publicações especializadas, atas de registro de preços vigentes ou quaisquer outras fontes de informação disponíveis ao público. No caso de cotações, a gerenciadora deverá apresentar a cotação de preços de, no mínimo, 3 (três) fornecedores, sendo admitidas cotações de sítios eletrônicos, desde que identifique a data da cotação e o fornecedor específico. Para comprovar a compatibilidade ou incompatibilidade de custos de determinados itens, a gerenciadora poderá, se desejar, utilizar-se de ata de registro de preços vigente, consultando e encaminhando atas disponíveis no Portal de Compras do Governo Federal: <http://www.comprasgovernamentais.gov.br>.



12.2.5. Após, a celebração do contrato, serão de responsabilidade integral da entidade escolhida as contratações que vierem a ser necessárias para o desenvolvimento da assessoria técnica, inclusive quanto a eventuais repercussões trabalhistas, previdenciárias, civis, criminais, fiscais ou de qualquer outra natureza.

12.2.6. Quando a entidade não dispuser nos seus quadros de profissional necessário para compor a equipe técnica multidisciplinar permanente, deverá realizar processo de seleção, mediante publicação de edital, a ser divulgado por meio eletrônico, além de outros meios adequados.

12.2.7. A seleção será efetivada observando-se no mínimo: a) pré-seleção de currículos; b) entrevista presencial com os profissionais pré-selecionados, observando o disposto no plano de trabalho.

12.2.8. Os profissionais escolhidos deverão assinar termo de compromisso no qual se comprometem a atuar com isenção e independência técnicas de forma a alcançar o melhor interesse das pessoas atingidas.

12.3. A gerenciadora avaliará detalhadamente o cumprimento dos requisitos mencionados neste edital com relação à composição de equipe técnica, no prazo de 10 dias e, caso necessário, solicitará modificações e adequações, que deverão ser providenciadas em 10 dias corridos pela entidade proponente.

12.4. A avaliação do plano de trabalho será feita pela comissão de seleção, podendo esta ser assessorada por profissionais com expertise nas áreas relacionadas ao objeto da contratação.

12.4.1. A análise se dará de forma objetiva, de acordo com os dispositivos deste edital e com o Ofício 176/2018.

12.5. Mesmo após o término da etapa de avaliação do plano de trabalho pela gerenciadora, caso surja necessidade posterior, a mesma poderá requisitar à entidade escolhida, a qualquer tempo, que faça alterações ou complementações no plano de trabalho, se entender o mesmo estar em desconformidade com algum item deste edital ou que falta alguma informação essencial.

12.7. Após a entrega do plano revisado, a gerenciadora elaborará relatório conclusivo no prazo de 10 dias e o encaminhará, com o plano de trabalho, à SEMAD, Ministério Público e ao Empreendedor.



12.8. No prazo de 10 (dez) dias contados do recebimento do relatório conclusivo, o empreendedor e o Ministério Público poderão apontar diretamente à SEMAD, eventuais necessidades de adequação deste instrumento.

12.9. No prazo de 10 (dez) dias contados do recebimento das informações pelo empreendedor e Ministério Público, a SEMAD verificará o cumprimento das regras estabelecidas neste edital, validando o plano de trabalho da proponente em caso de conformidade ou requerendo readequação em caso de desconformidade.

12.10. Constatada necessidade de readequações no plano de trabalho, será realizada reunião conjunta entre SEMAD, Ministério Público, Empreendedor, Gerenciadora, e entidade classificada, visando celeridade e entendimento conjunto.

12.11. Validado o plano de trabalho pela SEMAD, a gerenciadora notificará o empreendedor para que se de início à etapa de contratação, execução, pagamento e controle.

12.12. Na elaboração do plano de trabalho, deverão ser considerados os diversos estudos e documentos já apresentados no âmbito do licenciamento ambiental.

12.13. A gerenciadora deverá reunir e disponibilizar às entidades todos os documentos e informações existentes, relativos ao licenciamento ambiental do empreendimento Projeto Minas-Rio, que possam subsidiar a elaboração do plano de trabalho.

12.14. A previsão de receitas e despesas para realização das ações e programas previstos no plano de trabalho deverão incluir os elementos indicativos da mensuração da compatibilidade dos custos apresentados com os preços praticados no mercado ou com outras contratos da mesma natureza.

12.15. A aprovação do plano de trabalho não gerará direito à celebração do contrato.

12.16. No período entre a apresentação da documentação prevista na Etapa 1 da fase de credenciamento e a assinatura do instrumento de contrato, a entidade fica obrigada a informar qualquer evento superveniente que possa prejudicar a regular celebração do contrato, sobretudo quanto ao cumprimento dos requisitos e exigências previstos para celebração.

12.17. A entidade deverá comunicar alterações em seus atos societários e no quadro de dirigentes, quando houver.



12.18. O contrato firmado produzirá efeitos jurídicos imediatamente após sua assinatura.

13. DAS METAS E DOS RESULTADOS ESPERADOS

13.1. Os resultados esperados dos serviços de assessoria técnica multidisciplinar, além de estarem em consonância com as ações previstas no objeto deste Edital de Chamamento Público, deverão prever ainda, no mínimo:

- a) dados quantitativos e qualitativos sobre o público atendido;
- b) dados quantitativos e qualitativos sobre a assessoria prestada em relação aos planos, projetos e ações previstos na condicionante nº39;
- c) dados quantitativos e qualitativos sobre ações desenvolvidas pela ATI.

14. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA A REALIZAÇÃO DO OBJETO

14.1. Os custos e despesas necessários relativos à participação das entidades proponentes no processo de credenciamento serão integralmente custeados pelas mesmas.

14.1.2. As despesas relativas ao deslocamento e hospedagem dos profissionais das entidades credenciadas para as apresentações nas comunidades, bem como os custos de logística, espaço, equipamento audiovisual e divulgação das apresentações serão de responsabilidade da gerenciadora.

14.1.3. O custo previsto na proposta de preço da entidade escolhida, a qual deverá contemplar toda e qualquer despesa da entidade na realização do serviço de assessoria técnica, durante todo o prazo contratual deverá ser arcado integralmente pelo empreendedor.

14.2. As liberações de recursos obedecerão ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas do contrato, observado o disposto neste edital e no Ofício 176/2018.

14.3. Nas contratações e na realização de despesas e pagamentos em geral efetuados com recursos deste contrato, a entidade deverá observar este instrumento, o contrato e a legislação regente, não podendo seu dirigente alegar, futuramente, que não a conhece, seja para deixar de cumpri-la, seja para evitar as sanções cabíveis.



14.4. Todos os recursos do contrato deverão ser utilizados para satisfação de seu objeto, sendo admitidas, dentre outras despesas previstas e aprovadas no plano de trabalho:

a) remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da entidade, durante a vigência do contrato, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas;

b) diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução do objeto do contrato assim o exija;

c) custos indiretos necessários à execução do objeto, seja qual for a proporção em relação ao valor total do contrato (aluguel, telefone, assessoria jurídica, contador, água, energia, dentre outros); e

d) aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e serviços de adequação de espaço físico, desde que necessários à instalação dos referidos equipamentos e materiais, devendo ser dada preferência ao aluguel de equipamentos necessários à consecução do objeto, quando possível.

14.5. É vedado remunerar, a qualquer título, com recursos vinculados ao contrato, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública federal celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica.

14.6. Eventuais saldos financeiros remanescentes dos recursos transferidos, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos a gerenciadora por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do contrato.

14.7. Em caso de aquisição de bens ou equipamentos, ao final da execução, a titularidade dos mesmos será transferida à comunidade ou ao Poder Público local, nos termos do Ofício 176/2018. Caberá a comunidade deliberar sobre os bens móveis servíveis e sua destinação.

14.8. A escolha da entidade credenciada se dará por manifestação da comunidade, e não por critérios de preço.

14.9. A entidade que for escolhida pelas comunidades deverá registrar e comprovar documentalmente as despesas realizadas na fase de elaboração do Plano de Trabalho para fins de eventual ressarcimento ou adiantamento, a ser futuramente avaliado pela gerenciadora.



15. DA FORMA DE CONTRATAÇÃO

15.1. Será realizado um contrato de prestação de serviços entre a entidade escolhida e a gerenciadora, de caráter privado, de acordo com o que está descrito no Ofício nº176/2018.

15.2. O contrato poderá ser fiscalizado, quanto ao seu fiel cumprimento, pelo empreendedor, pelo Ministério Público e pela SEMAD, ficando a entidade contratada obrigada a prestar informações, quando for solicitada, aos órgãos aqui citados.

15.3. Quanto da contratação, caso a entidade sem fins lucrativos detenha imunidade tributária concedida pelos órgãos municipais, estaduais ou federais ou mesmo judicialmente, deverá apresentar as devidas certidões de comprovação, com o intuito de evitar retenção na fonte pela gerenciadora, pagamento equivocado de tributos e penalidades.

15.4. A entidade escolhida se compromete, quando da celebração do contrato, a apresentar conta bancária específica para gerenciamento dos recursos a serem transferidos no âmbito deste contrato, bem como se compromete a enviar extratos bancários junto com sua prestação de contas à gerenciadora.

16. DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. O presente Edital será divulgado em página do sítio eletrônico oficial da gerenciadora, com prazo mínimo de 20 (vinte) dias para a apresentação das propostas, contados da data de publicação do Edital.

16.2. Qualquer pessoa poderá impugnar o presente Edital, com antecedência mínima de 3 (três) dias da data-limite para envio das propostas, de forma eletrônica, pelo e-mail fundacao@israelpinheiro.org.br.

16.2.1. Os pedidos de esclarecimentos, decorrentes de dúvidas na interpretação deste Edital e de seus anexos, deverão ser encaminhados com antecedência mínima de 3 (três) dias da data-limite para envio da proposta, exclusivamente de forma eletrônica, pelo e-mail: fundacao@israelpinheiro.org.br. Os esclarecimentos serão prestados pela Comissão de Seleção.



16.2.2. As impugnações e pedidos de esclarecimentos por si só não suspendem os prazos previstos no Edital. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados serão juntados nos autos do processo de Chamamento Público e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

16.2.3. Eventual modificação no Edital, decorrente das impugnações ou dos pedidos de esclarecimentos, ensejará divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, alterando-se o prazo inicialmente estabelecido somente quando a alteração afetar a formulação das propostas ou o princípio da isonomia.

16.3. A gerenciadora resolverá os casos omissos e as situações não previstas no presente Edital, observadas as disposições legais, e o disposto na condicionante nº39 e no Ofício nº176/2018 e no contrato firmado entre gerenciadora e empreendedor.

16.4. A escolha da assessoria técnica não deverá ser definida por seu custo total, mas por decisão das comunidades, desde que cumpridos os requisitos deste termo. Entretanto, as propostas de preços das entidades escolhidas deverão respeitar os valores de mercado.

16.5. Não haverá, sob qualquer motivo, relação de contratação, vínculo ou subordinação entre o empreendedor, a SEMAD, o Ministério Público e as entidades de assessoria técnica, que realizarão seus serviços de forma técnica autônoma, independente e vinculada aos interesses das comunidades.

16.6. O empreendedor, a SEMAD, o Ministério Público e a gerenciadora não serão responsabilizados, solidária ou subsidiariamente pelas obrigações e responsabilidades assumidas pelas entidades de Assessoria Técnica, cujos resultados são de exclusiva responsabilidade das entidades.

16.7. A qualquer tempo, o presente Edital poderá ser revogado ou anulado, no todo ou em parte, por vício insanável, sem que isso implique direito a indenização ou reclamação de qualquer natureza.

16.8. O empreendedor e a gerenciadora não terão qualquer obrigação, seja a que título for, em relação a



quaisquer despesas adicionais além dos valores e produtos previstos no orçamento e plano de trabalho das entidades.

16.9. O prazo para execução dos trabalhos será definido conforme cronograma apresentado no plano de trabalho, devidamente aprovado, garantindo-se a prorrogação da oferta de assessoria técnica, mediante apresentação de novo plano de trabalho, caso ainda existam planos, projetos ou ações do empreendedor em relação às comunidades do entorno.

16.10. A gerenciadora não cobrará das entidades concorrentes taxa para participar deste Chamamento Público.

16.11. A gerenciadora realizará o processo de chamamento e escolha das entidades de Assessoria técnica com isenção e independência, garantindo-se condições isonômicas a todas as entidades credenciadas para prestação da assessoria técnica, mantendo com elas relação idônea e de plena independência.

16.12. Todos os custos decorrentes da elaboração das propostas e quaisquer outras despesas correlatas à participação no Chamamento Público serão de inteira responsabilidade das entidades concorrentes, não cabendo nenhuma remuneração, apoio ou indenização por parte da gerenciadora, exceto o custo para as apresentações das entidades classificadas para as comunidades e sua respectiva escolha.

16.13. O presente Edital terá vigência de 12 meses a contar da data da publicação do resultado definitivo.



16.14. Constituem parte integrante deste edital os seguintes documentos, dos quais as entidades proponentes ao enviarem seus documentos para credenciamento declaram pleno conhecimento:

16.14.1. OF. SUPPRI.SURAM.SEMAD.SISEMA N° 176/2018

16.14.2. Condicionante 39 para licença prévia e de instalação (LP + LI) da Anglo American Minério de Ferro do Brasil S.A, processo 00472/2007/008/2015.

16.15. Constituem anexos do presente Edital, dele fazendo parte integrante:

Anexo I – Declaração de Ciência e Concordância;

Anexo II – Declaração do Art. 27 do Decreto nº 8.726, de 2016, e Relação dos Dirigentes da Entidade;

Anexo III – Declaração de não ocorrência de impedimentos;

Anexo IV – Declaração anticorrupção;

Anexo V – Declaração de independência da entidade de assessoria técnica;

Anexo VI – Declaração de compromisso de implantação de mecanismos de transparência;

Anexo VII – Ficha de Inscrição

Anexo VIII – Modelo de Plano de Trabalho

Belo Horizonte, 05 de agosto de 2019.

MAIARA VIEIRA

FUNDAÇÃO ISRAEL PINHEIRO

GESTORA INTERINA